

EDUCAÇÃO FÍSICA, UM DOS FUNDAMENTOS DO MILITARISMO: APLICABILIDADE NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

PHYSICAL EDUCATION, ONE OF THE FOUNDATIONS OF MILITARISM: APPLICABILITY IN THE MILITARY POLICE OF PARANÁ

Resumo: o presente trabalho visa analisar a como se configura a Educação Física no contexto do militarismo, tendo em vista sua aplicabilidade na Polícia Militar do Paraná. No militarismo a prática da educação física torna-se elementar, devido as situações que envolvem o policiamento ostensivo, portanto a tropa deve estar condicionada. Condicionamento que se dá por meio das Diretrizes do Treinamento Físico Militar. Aplica-se o método hipotético dedutivo na pesquisa, por meio do questionamento: como a educação física projeta-se como um dos pilares do militarismo e como se dá sua aplicabilidade na Polícia Militar do Paraná? Emprega-se os seguintes procedimentos metodológicos: o levantamento bibliográfico, documental e qualitativo.

Palavras chaves: Educação Física; Militarismo; Polícia Militar do Paraná.

Abstract: this work aims to analyze how Physical Education is configured in the context of militarism, considering its applicability in the Military Police of Paraná. In militarism, the practice of physical education becomes elementary, due to situations involving overt policing, therefore the troops must be conditioned. Conditioning that takes place through the Military Physical Training Guidelines. The hypothetical deductive method is applied in the research, through the question: how does physical education project itself as one of the pillars of militarism and how does it apply to the Military Police of Paraná? The following methodological procedures are used: bibliographic, documentary and qualitative research.

Keywords: Physical Education; Militarism; Military Police of Paraná.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil estabelece no Capítulo III, no artigo 144 as bases da segurança pública, como as Polícias Militares, que representam as forças de segurança pública das unidades federativas. E possuem como q função primordial a realização do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Segundo o texto constitucional as Forças Militares Estaduais são forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro e integram o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social. Os seus integrantes são denominados de militares dos Estados. E diante dessa condição os militares estão expostos a uma rotina diferente de muitas outras profissões o que interfere diretamente em seu estado físico e mental.

A profissão militar é reconhecida como uma atividade com alto risco de danos à saúde. Os profissionais dessa área lidam, no seu cotidiano, com a violência em diversos níveis que vão da mais simples ação até a intervenção letal. E essa condição exige

preparação física, a qual é realizada por meio da Educação Física, que se torna um pilar do militarismo.

A Educação Física no cotidiano militar projeta-se como um instrumento de proteção e como combate ao stress das constantes situações de tensão e perigo vivenciadas durante a realização de suas funções rotineiras. A Educação Física consiste na realização de exercício físicos elaborados de modo planejado, estruturado e repetitivo.

Conjunto que visa a manutenção e melhoria de um ou mais componentes inerente a aptidão física. A aptidão física, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), deve ser entendida como a capacidade de realizar trabalho muscular de maneira satisfatória, ou como simples capacidade de movimento.

A aptidão física é considerada como habilidade de realizar tarefas diárias com vigor e prontidão, sem fadiga, e com energia para desfrutar dos desafios do tempo de lazer e enfrentar as emergências. A aptidão física engloba dois componentes, a capacidade física relacionada à saúde e relacionada a capacidades esportivas.

Portanto, essa é constituída de qualidades físicas: como a resistência cardiorrespiratória, a resistência e potência muscular, a flexibilidade, a composição corporal, velocidade, agilidade, equilíbrio e o tempo de reação.

E para que todo esse contexto seja constantemente aperfeiçoado deve existir um programa estruturado de atividades física, que melhore o condicionamento físico. E tendo em vista a importância profissional e de saúde o próprio Ética da Polícia Militar do Estado do Paraná, Lei nº 5.075 de 1998 prevê que para o desempenho da missão, o militar estadual deve possuir atributos físicos, intelectuais, técnico-profissional, e, acima de tudo morais, colocando-o como espelho da cidadania.

E de modo a corroborar essa importância Portaria nº 89 de 2002 emitida pelo Estado Maior do Exército Brasileiro (EME) aprovou o Manual de Campanha C 20-20 – Treinamento Físico Militar aplicado a Polícia Militar como força auxiliar do Exército Brasileiro que engloba os aspectos fundamentais do treinamento físico militar, com o lema todo militar considerado apto para o serviço ativo está obrigado ao treinamento físico militar.

Diante dessa interrelação entre educação física e militarismo o presente trabalho busca analisar como a educação física projeta-se como um dos pilares do militarismo e como se dá sua aplicabilidade na Polícia Militar do Paraná? Emprega-se os procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico, documental e qualitativo.

1. HISTÓRICO DA RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA COM O MILITARISMO:

Desde os primórdios a educação física está presente nas organizações militares do país. Segundo Melo (2000) a valorização da prática sistematizada de exercícios físicos se inseriu na manutenção da preparação física do combatente, como também, por sua utilidade, no processo disciplinar da tropa e no desenvolvimento do espírito de corpo.

No ano de 1922 inaugurou-se a Escola de Educação Física do Exército (ESEFEX), criada em 10 de janeiro de 1922, anexa à Escola de Sargento de Infantaria, com o nome Centro Militar de Educação Física. A responsabilidade da instituição era a formação primeiras turmas de educação física diplomados Brasil (Malan, 1988)

Na referida escola o método de aprendizado utilizado era o Francês, tendo em vista a influência europeia do século XIX, inaugurada pelo dinamarquês Franz Nachtegall (1777- 1847), que criou e dirigiu o Instituto Militar de Ginástica em 1804. E a França, em 1852 fundou o instituto de ginástica do Exército na Escola de Joinville-le-Pont, próxima a Paris (Glassford; Redmond, 1979).

Durante toda a segunda metade do século XIX, a chamada corrente francesa de educação física foi dominada pelos militares e caracterizada justamente por seu marcante espírito militar, inscrito na própria concepção geral do método e na estrutura dos exercícios.

E a introdução da educação física de forma sistemática no Brasil se deu por meio da experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado um papel semelhante ao dos militares na França. No Brasil, já em 1921 aprovou o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado ao Exército e calcado no Projet francês, por influência direta da Missão Militar Francesa, recentemente chegada ao Brasil (Malan, 1988)

No ano seguinte, uma portaria do Ministro da Guerra criou o citado Centro Militar de Educação Física, destinado a “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas” (Leite; Ribeiro, 1926)

Segundo a portaria estabelecia curso de instrutores e monitores seria dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física e indicados pelo Estado-Maior do Exército.

Em 1926, o capitão João Barbosa Leite e o tenente Jair Dantas Ribeiro, instrutores na Escola de Sargentos de Infantaria, publicaram um Manual de instrução física inspirado no regulamento francês (Leite; Ribeiro, 1926).

2. EDUCAÇÃO FÍSICA E MILITARISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

A relação do Militarismo com a Educação Física no Brasil se iniciou no Brasil Império e se estendeu para o período republicano. E em 1930 o governo provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) instituindo a obrigatoriedade da educação física em todas as classes adotando as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física (Marinho, 1944)

Em 1937 criou-se a Divisão de Educação Física (DEF), subordinada ao Departamento Nacional de Educação, com o objetivo de ampliação das vagas para civis no curso da Escola de Educação Física do Exército, de modo a formar, em curto prazo, o maior número possível de professores de educação física para as escolas estaduais e municipais (Cantarino Filho, 1982)

No ano de 1938 a EsEFEx um Curso de Emergência que habilitou 165 professores de educação física. E de acordo com comandante da EsEFEx os alunos civis formados pela Escola, além da preparação técnica especializada, adquiriram uma formação cívico-moral, que os colocaria em situação vantajosa para agir sobre as coletividades incutindo-lhes o espírito de ordem e disciplina (Castro, 1994).

Com o Estado Novo, o domínio militar sobre a área da educação física atingiu seu ápice. Prevendo como mandamento constitucional a prática de Educação Física, na Constituição de 1937. Sendo a primeira vez na história do país, que uma Constituição estabelecia a obrigatoriedade de uma disciplina nas Instituições de Ensino.

Os exercícios físicos em todos os estabelecimentos de ensino eram compreendidos pelo governo como um adestramento físico, objetivando preparar a juventude para o cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação (Castro, 1994).

E em 1939 foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, dirigida pelo major Inácio de Freitas Rolim, contando ainda com a participação de vários outros militares.

3. A EDUCAÇÃO FÍSICA APLICADA A POLÍCIA MILITAR: FORÇA AUXILIAR

A Constituição Federal de 1988 classifica as Polícias Militares como Forças Militares Estaduais auxiliares e reserva do Exército Brasileiro, que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, previsto no artigo 144. E sua função constitucional

é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988).

O Exército brasileiro representa as Forças Armadas, em conjunto com a Marinha e a Aeronáutica, com a incumbência de defender a Pátria; garantir os poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem (Brasil, 1988). Dada a diferença de funções entre a Polícia Militar e as Forças Armadas, o treinamento físico terá algumas diferenças, visto que o papel desempenhado diariamente pelos profissionais são diversos, apesar de estarem situados no contexto da segurança pública.

Os Policiais Militares desempenham o policiamento ostensivo, estando em patrulhamento urbano diariamente, portanto a ausência do aquartelamento irá expô-lo a diversos tipos de situações de stress. Assim, as atividades relacionadas a Educação Física devem ser aptas a envolver essas situações.

De acordo com Barboza (2002), Educação Física aplicada ao Policial Militar conceitua-se como a preparação organizada da condição física total do Policial Militar, por meio de atividades físicas regulares e controladas pedagogicamente.

Com os seguintes objetivos: proporcionar a manutenção preventiva de saúde do Policial Militar; desenvolver, manter ou recuperar a condição física total do Policial Militar e cooperar no desenvolvimento das qualidades morais e profissionais do Policial Militar (Barboza, 2002, p. 10).

A busca da manutenção preventiva da saúde do Policial Militar se relaciona com a aptidão física geral de um indivíduo realizar um trabalho físico no dia-a-dia, sem prejuízo do equilíbrio biológico, psicológico e social.

A atividade física de um Policial Militar envolve sentimentos de autocontrole e autoconfiança; interação social; interrupção do estresse regular da vida; alterações químicas e estruturais do cérebro; neurotransmissores cerebrais; e elevação dos opiáceos corporais (Rosa; Hutz, 2008)

Com isso a Educação Física voltada a Polícia Militar visa os benefícios fisiológicos, como diminuição da pressão arterial; controle do peso corporal; melhora da mobilidade articular e psicossociais, como aliviar o estresse; manter autonomia e reduzir o isolamento.

4. A EDUCAÇÃO FÍSICA APLICADA A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Compreendido o contexto e importância da Educação Física ao Militarismo e a Polícia Militar, torna -se necessário analisar como essa é aplicada e prevista especificamente na

Policia Militar do Paraná. A Constituição do Estado do Paraná prevê em seu artigo 46, inciso II, a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio será exercida pela Policia Militar (Paraná, 1956).

E na Lei 1943 de 1954, denominada também como Código da Policia Militar do Estado do Paraná, no artigo 102, prevê que é dever do militar estar preparado fisicamente para o perfeito desempenho de suas funções (Paraná, 1954).

O Código de Ética da Polícia Militar do Estado do Paraná, Lei nº 5.075 de 1998 apresenta em seu artigo 3º a importância do condicionamento físico para o desenvolvimento da missão pelo policial militar (Paraná, 1998)

E para isso o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais da Policia Militar do Paraná instituiu a Seção VII -Das atribuições funcionais do Chefe da Seção de Educação Física e Desportos (SEFID) (Paraná, 2010).

Seção que tem as seguintes responsabilidades: assessoramento dos assuntos referentes à educação física e desportos; a organização e ministramento de instrução de educação física; a organização e coordenação das equipes representativas da Corporação (Paraná, 2010).

A aplicação de teste de aptidão física nos militares estaduais; e a coordenação as atividades dos instrutores e monitores da Seção, repassando as normas de funcionamento das instalações e materiais de educação física (Paraná, 2010).

Segundo a seção XV, referente as atribuições do Oficial de Treinamento Físico, o artigo 229 prevê que haverá um Oficial, responsável pelo Treinamento Físico, orientação, acompanhamento e desenvolvimento das atividades de educação física na Organização Policial Militar, bem como, como pelo provimento do material especializado, mediante solicitação à autoridade competente (Paraná, 2010).

A atribuição de responsabilidade de Treinamento Físico a um Oficial cabe ao Comandante da OPM. E quando não houver um oficial possuidor do Curso de Instrutor de Educação Física ou equivalente, deve o Comandante designar um oficial que revele predileção e aptidão para o encargo (Paraná, 2010).

Compete ao Chefe da SEF do COM realizar o controle das atividades esportivas no CPM no que se refere às aulas ministradas pelos professores diariamente (Paraná, 2010).

5. PROGRAMA SAÚDE PREVENTIVA NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE

A Polícia Militar do Paraná possui o Centro de Educação Física e Desportos (CEFID), que visa desenvolver uma série de atividades para melhoria das condições tanto físicas como psicológica do policial militar, através da prática de atividade física.

E para tanto o Programa de Saúde Preventiva foi instituído por meio da Portaria do Comando-Geral nº 159 de 2016, objetivando estabelecer mecanismos para diagnose, controle, acompanhamento e tratamento de saúde do militar estadual (Paraná, 2016).

A partir dos dados o Comando Geral visa verificar da realidade da saúde dos policiais militares, para que sejam traçados estratégias e programas, com base nestes índices. E um dos pilares do referido Programa é a prática regular de atividade física, por meio da Educação Física realizada pelos Policiais Militares.

A Educação Física na perspectiva do programa busca o aperfeiçoamento das atividades que serão desenvolvidas no Teste de Aptidão Física (TAF), aplicados aos policiais militares conforme o calendário institucional.

Os testes de aptidão física exigem que o policial militar esteja sempre bem condicionado fisicamente, cabendo aos batalhões definir critério quanto a sua demanda, de acordo com a especificidade de seu efetivo. Além de ser uma exigência profissional, aos testes quando realizados de forma regular provoca alterações fisiológicas imediatas e de caráter continuado (Abi-Abi, 2019)

Sendo aptos a melhorar os sistemas respiratórios e cardiovascular, assim como os desempenhos cognitivos e maior disposição para suas atribuições profissionais e pessoais.

Estudos comprovam que uma atividade física controlada pode melhorar o rendimento intelectual e a concentração nas atividades rotineiras, levando a um maior rendimento no desempenho profissional. Boldori (2002) aduz que o exercício regular e a prática de esportes maximizam o rendimento físico das pessoas, melhorando a eficiência funcional do organismo.

E diante essa importância o Programa Saúde Preventiva baseou-se na defesa da educação física como elementar para o aperfeiçoamento do teste de aptidão física, bem como a melhora na saúde integral do Policial Militar.

6. TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Teste de Aptidão Física, comumente chamado de TAF's, tem o intuito de avaliar a capacidade física dos indivíduos interessados em ingressar na corporação e para os que já compõem a Instituição Militar busca-se o aperfeiçoamento e progressão na carreira.

Os de Testes de Aptidão Física são realizados três vezes ao ano na Polícia Militar do Paraná. Sendo composto por três avaliações físicas: o shuttle run, a tração ou isometria na barra fixa ou flexão de braço no solo e o teste de 12 minutos corrida de corrida. O resultado de cada teste físico é dado em pontuação prevista na Portaria n° 076/2016 do CG/PMPR.

O teste de shuttle run consiste em uma corrida de agilidade realizada em pista reta com distância de 9,14 m medidos da linha externa das marcações que a limitam. A 10 cm de uma das linhas são depositados dois tacos de madeira (5cm x 5cm x 10cm) longitudinalmente e separados numa distância de 30 cm entre eles (Paraná, 2016).

O teste de tração na barra fixa consiste no suporte do peso corporal pelos membros superiores. Devendo o militar estar na posição com duas mãos na barra, em posição de pronação, braços estendidos e pés fora do solo (Paraná, 2016).

Devendo flexionar os braços até que o queixo ultrapasse a parte superior da barra, em seguida retornando à posição inicial com os braços estendidos. Não pode haver auxílio das pernas ou corpo em contato com qualquer objeto ou outro auxílio. O resultado do teste varia conforme o tempo, a idade e o sexo do militar, constando nos Anexos B e C da Portaria n° 076/2016 do Comando Geral da PMPR (PARANÁ, 2016)

E o teste de corrida de 12 minutos, consiste na necessidade do militar percorrer uma determinada distância, conforme sua faixa etária e no tempo estabelecido pela Portaria n° 076/2016 do CG/PMPR.

Ao final do teste, o militar deve atingir a pontuação mínima, de acordo com sua faixa etária, no somatório final dos resultados dos três testes de aptidão física, sem poder zerar em nenhuma prova.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou refletir como se dá a relação da Educação Física com o militarismo, e como se configura sua aplicabilidade na Polícia Militar do Paraná. Para tanto a pesquisa se dividiu em seis partes, de modo a contextualizar a relação histórica da

educação física com o militarismo e a sua trajetória até a Polícia Militar, especificamente a do Paraná.

Nos dois primeiros capítulos observou-se a valorização da Educação Física pelo Exército e posteriormente a adoção dessa perspectiva pelo governo brasileiro. Em seguida compreendeu-se o contexto no Estado do Paraná, chegando a institucionalização da mesma na Polícia Militar.

A Educação Física se projeta como essencial no cotidiano do Policial Militar seja na perspectiva de saúde integral, ou como um instrumento de trabalho, portanto a Polícia Militar do Paraná vem desenvolvendo projetos para aperfeiçoar sua aplicabilidade visando a constante melhora da aptidão física de seus policiais.

Assim a Educação Física configura-se como um dos pilares do militarismo, tendo cada vez mais espaço na Polícia Militar do Paraná, com a institucionalização de Programas, como o Programa de Saúde Preventiva instituído pela Portaria do Comando-Geral nº 159 de 2016.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI-ABIB, M. P. **Seleção de testes físicos para composição do TAF da PMPR: fundamentos à aplicabilidade.** São José dos Pinhais: APMG, 2019.

BOLDORI, Reinaldo. **Aptidão Física e sua relação com a capacidade de trabalho dos Bombeiros Militares do estado de Santa Catarina. 2002.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2002.

BARBOZA, Celso Henrique Souza & SANDES, Wilquerson Felizardo. **Educação física Policial Militar: Uma proposta de vida saudável.** Rev. e Publicação – Set. 2002.

CASTRO, Celso. **Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar.** Estudos Históricos 14, julho-dezembro de 1994, p. 231-40.

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. **A educação física no Estado Novo: história e doutrina.** Dissertação de mestrado (UnB), 1982.

GLASSFORD, Robert G.; REDMOND, Gerald. Physical education and sport in modern times, in: Zeigler, Earle F. (ed.) **History of physical education and sport.** Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1979.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, Bibliex, 1988.

MARINHO, Inezil Pena. **A oportunidade da criação da carreira de técnico de educação física**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial nº 3116 de 5 de Outubro de 1989.**

PARANÁ. **Decreto nº 7339, de 8 de junho de 2010**, publicado no Diário Oficial do Estado nº 8236, de 8 de junho de 2010.

PARANÁ. **Portaria do Comando-Geral da PMPR nº 076, de 22 de janeiro de 2016.** Disciplina os Exames de Capacidade Física (ECAFI). Paraná: [S. n.], 2016

ROSA, F. H.; HUTZ, C. S. **Psicologia positiva em ambientes militares: bem estar subjetivo entre cadetes do Exército Brasileiro**. Arq. bras. psicol. [online]. 2008, vol.60.